

Sarney pede a Abreu que avalie o impacto financeiro da Carta

BRASÍLIA — O Presidente Sarney iniciou ontem, em reunião com o Conselho Político do Governo, o levantamento das despesas que serão criadas com a promulgação da nova Constituição e encomendou ao Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, um estudo completo sobre o impacto financeiro da nova Carta, em que os benefícios sejam divididos em três áreas: os pagos com a receita da Previdência Social, os que afetam diretamente o Tesouro e os que serão pagos pela economia privada do País. Abreu prometeu apresentar estas contas na sexta-feira.

Após a reunião, o Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), disse que o Palácio do Planalto só dispõe dos números relativos às anistias fiscal e da correção monetária nas dívidas contraídas durante o Plano Cruzado, que representarão, respectivamente, prejuízos de CZ\$ 776 bilhões e CZ\$ 377 bilhões. A previsão do Governo para os custos da nova Constituição, incluídos os benefícios da Previdência, superam em muito o trilhão de cruzados mencionado por Sarney na semana passada.

A reunião com os dez Ministros de Estado, Líderes do Governo e assessores políticos de Sarney foi convocada inicialmente para definir, entre os artigos polêmicos do texto, aqueles que merecerão o empenho do Governo na votação do segundo turno. Mas as ponderações do Ministro do Planejamento João Batista de Abreu de que o texto da nova Carta não previa receita para cobrir os benefícios consagrados pela Constituinte



Sarney e Antônio Carlos saem da reunião do Conselho Político do Governo

polarizaram os debates.

Os benefícios da Previdência Social causaram as maiores preocupações do Conselho Político, embora o Ministro Renato Archer não tenha sido convidado a participar da reunião. Sant'Anna citou especialmente os dois dispositivos relativos à aposentadoria, um na parte permanente e outro nas Disposições Transitórias. O artigo 207 reduz para 55 e 60 anos, respectivamente, a aposentadoria compulsória para trabalhadoras e

trabalhadores rurais. Além da redução do tempo, a Carta não especifica que as aposentadorias serão pagas a contribuintes da Previdência. O dispositivo está sendo revisto pelos assessores jurídicos do Governo.

— Se o entendimento for de que a aposentadoria compulsória é automática, sem necessidade de contribuição, a medida terá um custo absolutamente insustentável para a Previdência — explicou Sant'Anna. Outra nova preocupação do Gover-

no se refere ao artigo 240, que transfere 60 por cento do recolhimento do PIS para financiar o seguro-desemprego. Ficariam a descoberto as aplicações nos setores produtivos feitas hoje com esses recursos — que somam cerca de US\$ 2 bilhões anuais.

A preocupação de Sarney não é, segundo Sant'Anna, com seu Governo, mas com os sucessores, que enfrentarão uma situação de "ingovernabilidade" caso não se consigam equacionar os benefícios e receitas na nova Carta. Mas o Líder admite que, à exceção das Disposições Transitórias, dificilmente a Assembléia suprimirá direitos e benefícios consagrados na primeira votação.

— Politicamente já estamos convencidos de que vai ser muito difícil, exceto nas Disposições Transitórias, tirar um direito, ou melhor, uma expectativa de direito que está inscrita no projeto. Mas nós vamos alertar os constituintes que é preciso saber como esses direitos serão pagos.

Também participaram da reunião os Ministros Costa Couto, do Gabinete Civil; Paulo Ximenez, interino da Fazenda; Iris Resende, da Agricultura; Borges da Silveira, da Saúde; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Prisco Vianna, da Habitação; Reynaldo Tavares, dos Transportes; Hugo Napoleão, da Educação; e Jader Barbalho, da Reforma Agrária, além dos assessores Thalles Ramalho e Henrique Hargreaves, o Consultor Geral da República, Saulo Ramos, e os Líderes José Lourenço (PFL-BA), Saldanha Derzi (PMDB-MT), e Marcondes Gadelha (PFL-PB).

Centrão define texto da reforma agrária como prioridade

BRASÍLIA — O Centrão elegeu como duas de suas prioridades máximas, neste segundo turno de votação na Constituinte, a manutenção do texto aprovado no primeiro turno sobre a reforma agrária — que garante a insuscetibilidade de desapropriações em terras produtivas — e a supressão da possibilidade de os funcionários dos serviços essenciais entrarem em greve.

A informação é do Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que adiantou que pretende mobilizar o Governo e a iniciativa privada para que defendam os seus interesses na fase final da Constituinte.

Outra prioridade é a retirada da jornada de seis horas de trabalho para os turnos de revezamento.

— Na pior das hipóteses, aceitaremos a supressão apenas da palavra máximo — comentou.

Fiúza informou que a licença-paternidade é outro ponto sobre o qual o Centrão somará os seus esforços para que seja retirado do texto, por entender que ela faz parte da "lista do besteirol da Constituinte".

Ainda com relação aos direitos sociais, o Centrão quer a suprimir do texto a garantia de que o trabalhador que se candidatar a algum cargo na direção de seu sindicato não poderá ser demitido.

— Se 300 candidatos se inscreverem, nenhum poderá ser demitido. Isto é um absurdo — disse Fiúza.

Ainda sobre este tema, o grupo não concorda com a estabilidade da-

da ao dirigente sindical — mesmo que este tenha exercido a função como suplente — até um ano após o seu mandato sindical.

O Centrão considera que o parecer dado pelo Relator Bernardo Cabral melhorou o texto do projeto de Constituição, mas não eliminou alguns pontos considerados pelo grupo como "absurdos constitucionais". Fiúza citou como exemplo o voto aos 16 anos, que o Centrão quer retirar, apesar de o Relator ter aconselhado em seu parecer a punição para jovens de 16 anos que cometerem delito.

As empresas brasileiras de capital nacional, de acordo com Fiúza, não têm condições de ser as únicas com acesso às pesquisas sobre mineração. Por isto, o Centrão está disposto a suprimir a expressão "de capital nacional", para que empresas estrangeiras possam se associar às nacionais na exploração e pesquisa de jazidas minerais. Outra supressão defendida é a da necessidade de quem exerce de fato e de direito o poder decisório das empresas brasileiras de capital nacional seja domiciliado e residente no País. Para Fiúza, esta exigência impede qualquer associação com estrangeiros.

O Centrão quer acabar, também, com a incidência de imposto sobre heranças, o imposto de renda estadual, a proibição do comércio de derivados, o tabelamento das taxas de juros e o privilégio das empresas nacionais de venderem bens e serviços para o Governo.

Lourenço: Carta não dura seis meses

Depois de participar da reunião do Conselho Político do Governo no Palácio do Alvorada, o Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço (BA), afirmou que a Nação não tem condições de suportar o aumento de custos previstos no projeto de Constituição. Lourenço voltou a criticar a nova Carta que, na sua opinião, está sendo elaborada para atender a interesses eleitorais do PMDB.

Lourenço fez uma previsão. — A nova Carta, como está, não sobrevive seis meses.

O Líder do PFL disse que o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, cometeu um deslize político ao anunciar que esta é a Constituição do PMDB. Ele concorda, porém, que, de certa forma, Ulysses tem razão.

— O texto aprovado em primeiro turno não reflete a realidade do

País. Está cheio de aberrações. O projeto não tem uma linha política definida, procura atender a todas as facções e, por isso, deixa muito a desejar. Ninguém pode agradar a todos ao mesmo tempo.

O Líder do PFL criticou também a pressa de Ulysses em promulgar a Constituição. Na sua opinião, seria melhor adiar a promulgação em função da necessidade de enxugar e aperfeiçoar o texto. Ele admite, no entanto, que a proximidade das eleições municipais é um fator de muito peso a influir em favor da promulgação o mais rápido possível.

— Se não for possível modificar alguns pontos que o PMDB classifica como ganhos sociais, a comissão de revisão da nova Carta deveria ser instalada no mesmo dia da sua promulgação.

Entre os pontos que considera

"verdadeiras aberrações", o Líder do PFL destacou o voto aos 16 anos, o novo sistema tributário, as anistias fiscal e aos débitos do Plano Cruzado, as disposições sobre aposentadoria dos servidores públicos, a destinação do PIS/Pasep e Finsocial, o turno máximo de seis horas para trabalho em esquema de revezamento, a licença-paternidade e o tabelamento dos juros bancários.

Lourenço disse que o seu partido vai participar das reuniões de lideranças com o espírito aberto ao diálogo. Mas continua cético quanto a possibilidade de acordos sobre a maioria dos pontos considerados controversos. Segundo o Líder, o PFL está preparando um estudo minucioso sobre os efeitos de alguns dispositivos aprovados nos Direitos Sociais para divulgar à Nação, caso não seja possível alterá-los.

Jurista faz crítica a artigo sobre menores

O Vice-Presidente da Associação de Juizes de Menores e de Família, Alyrio Cavallieri, defendeu ontem a supressão do item IV do parágrafo 3º do artigo 230 do anteprojeto de Constituição, que garante a "instrução contraditória e a ampla defesa" à criança ou ao adolescente acusado de ato ilegal. Para o jurista, Professor de Direito do Menor na Universidade Gama Filho e que já foi o titular do Juizado de Menores do Rio de Janeiro, o dispositivo "atenta contra todo o princípio da doutrina da Pedagogia e do Direito do Menor".

— Embora mencione enganosamente a expressão "ampla defesa", este dispositivo transformaria os Juizados de Menores em Tribunais do Júri, sujeitando até mesmo as travessuras naturais da criança à decisão judicial, já que o contraditório passaria a constituir-se em preceito constitucional — criticou.

Cavallieri ressaltou que, aprovado este item da Carta, crianças e adolescentes passariam a ter o mesmo tratamento do criminoso adulto. E isto não apenas no caso de terem praticado algum crime, "mas a qualquer ato contrário à ordem legal, como diz o próprio texto".

Líderes começam hoje entendimentos para turno final

BRASÍLIA — As lideranças partidárias reúnem-se hoje de manhã com o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, para começar os entendimentos em busca de acordos no turno final de votação. Alguns líderes acham que muitos pontos poderão ser acertados neste primeiro encontro, apesar das divergências entre os partidos sobre certos dispositivos — principalmente os referentes aos direitos sociais.

O Líder do PMDB, Deputado Nelson Jobim (RS), está otimista quanto à possibilidade de acordo sobre o tabelamento de juros, as anistias fiscal e aos débitos do Plano Cruzado, jornada de seis horas de trabalho, preferência à empresa nacional na aquisição de bens e serviços e a licença-paternidade. Ele afirmou que estes pontos estão bem encaminhados, sendo possível manter os princípios na Carta, remetendo os detalhes para a legislação ordinária.

Jobim considera a questão do voto facultativo aos 16 anos matéria aberta na sua bancada. Esta afirmação foi criticada pelo Líder pefelista, Deputado José Lourenço (BA), que de-

fende a supressão deste dispositivo. Lourenço vê possibilidade de acordo nos itens apontados pelo peemedebista, mas lamenta que "algumas aberrações constitucionais" ficarão inalteradas, como a licença-paternidade de oito dias, licença-gestante de quatro meses e aposentadoria dos servidores públicos.

Mais objetivo, o Vice-Líder do PT, Deputado José Genoíno (SP), informou sobre a posição de sua bancada:

— Tentaremos manter tudo o que o Centrão deseja suprimir e vice-versa.

E o Líder do PTB, Deputado Gastone Righi (SP), pretende defender todos os dispositivos da Ordem Econômica considerados xenófobos pelo Governo e pelo Centrão. Ele citou a questão da preferência para empresa nacional na aquisição de bens e serviços, a possibilidade de reserva de mercado e a nacionalização da política mineral. Righi acredita em acordo sobre os temas citados por Jobim, aos quais acrescentou o que estatiza a venda dos derivados de sangue.

Mulheres se mobilizam para preservar as suas conquistas

BRASÍLIA — Com o slogan "Constituinte, as mulheres estão de olho em você", o Movimento de Mulheres iniciou ontem uma vigília de dez dias pelos direitos aprovados no primeiro turno. Onze dispositivos são considerados inegociáveis, a começar pela licença-maternidade, de 120 dias, e paternidade, de oito dias.

Segundo Nair Goulart,

do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça, as entidades esclarecerão os constituintes sobre a importância dos dispositivos aprovados. Ela lembra que a licença-maternidade teve 425 votos, 96 por cento do plenário, e que a emenda do Deputado Alceni Guerra (PFL-PR), da licença-paternidade, 337.